

KANT E OS SENTIDOS DA PRUDÊNCIA

Noêmia de Sousa Chaves¹

Resumo: O tema da prudência, em Kant, se manifesta em oposição ao conceito de moralidade, gerando mais um dualismo na arquitetura do seu edifício teórico e moral. Mas essa oposição existe de fato ou é mera aparência? Para respondermos essa pergunta, apresentaremos duas vertentes do conceito de prudência kantiana, a saber, por um lado a felicidade no sentido estreito, a qual identificaremos com a busca pelo bem-estar e fins pessoais; por outro lado, a felicidade em sentido largo, a qual se relaciona com o cosmopolitismo ou o bem e o progresso da espécie humana como um todo. No primeiro momento dessa exposição, apresentaremos o lugar ocupado pela prudência no sistema kantiano; em seguida, exporemos o sentido estreito do conceito de felicidade e sua relação com a moral; por fim, apresentaremos o conceito de felicidade traduzido no cosmopolitismo, com o objetivo de defendermos que essa última forma de felicidade pode ser utilizada como fio condutor para balizar os conflitos morais advindos das novas modulações da geração da vida humana, bem como o trato com materiais genéticos humanos, levando-se em conta que a felicidade em sentido largo fala diretamente à espécie humana como um todo, e não somente aos seres racionais.

Lugar e papel da prudência no sistema kantiano

O princípio da prudência, na arquitetura kantiana é identificado com os imperativos hipotéticos, pragmáticos e se relaciona, à luz do *Teorema II*², aos princípios práticos materiais, os quais se encontram ligados ao amor de si e à felicidade própria. Desse modo, a prudência é um princípio da ação, especificamente, ligado aos meios e encontra-se prenhe de sentimentos patológicos. Enquanto o imperativo categórico se relaciona diretamente com a lei moral e se constitui como um princípio prático produzido pela razão, afinal a razão sozinha produz seus objetos independentemente das condições limitantes da natureza. Desse modo, “a razão cria a ideia de uma espontaneidade que poderia começar a agir por si mesma, sem que uma outra causa tivesse devido precedê-la para a determinar a agir segundo a lei do encadeamento causal.”³.

Afirmar isso não significa afirmar que a prudência também não aspire sentimentos práticos, significa apenas que embora ela seja influenciada pela razão prática ela levar em conta, em larga medida, sentimentos patológicos. Entretanto, o princípio da prudência, enquanto versa sobre o controle das máximas, não permite que os sentimentos patológicos se apresentem desmedidamente na ação do sujeito e assim, mesmo não estando no nível da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orientador: Prof. Dr. Agemir Bavaresco.

² Cf. KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002. [41], p. 37. (Doravante utilizaremos apenas a abreviação KPV).

³ Cf. KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ed. Lisboa – PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. [A533/B561]. (Doravante utilizaremos apenas KRV).

moralidade, a prudência já estabelece o campo de luta para o homem tornar-se virtuoso, na medida em que

O princípio do amor-próprio racional não é tanto um princípio do uso dos meios para o sentimento de prazer contínuo, mas ao contrário ele é um princípio de integração dos nossos fins, para os quais o sentimento de prazer é apenas um, em um todo compreensível.⁴

A partir disso somos levados a observar que a prudência recebe em Kant diversos significados e conceituações. Assim vemos o termo prudência enquanto sinônimo de *pragmático* receber cinco significados diferentes: 1) pragmatismo algumas vezes refere-se ao talento e à habilidade que um ser humano tem de usar o outro em vista de seus propósitos⁵; 2) o pragmatismo, na *Fundamentação*, é denominado de conselho de prudência⁶; 3) na *Metafísica dos Costumes*, o pragmatismo se refere à capacidade de o indivíduo estabelecer seus próprios fins e agir de acordo com estes fins⁷; 4) na *Crítica da Razão Prática*, o pragmatismo, se compreendido como sinônimo de prudência, se relaciona diretamente ao amor de si e a felicidade própria. Nessa obra podemos, ainda, relacionar a prudência ou princípios pragmáticos, diretamente aos princípios práticos materiais⁸, e, 5) por fim, na *Antropologia Pragmática*, encontramos a capacidade de aperfeiçoamento (perfectibilidade) como a principal característica a diferenciar o homem dos outros animais existentes sobre a Terra.⁹

No entanto, no que tange ao conceito de moral a definição kantiana é única e se mantém por todo o sistema sem alteração de status, ou seja, para Kant, prático ou moral é

⁴ Cf. PATON, H. J. The principle of rational self-love is not so much a principle of using the means to continuous pleasant feeling, but rather a principle of integrating our ends, of which pleasant feeling is only one, into a single comprehensive whole. (**The Categorical Imperative: A Study in Kant's Moral Philosophy**. Chicago: University of Chicago, 1948. Cap. 8, § 8, p. 86).

⁵ Cf. KANT, I. Education must also supply a person with *discretion* (*klugheit*), so that he may be able to conduct himself in society, that he may be liked, and that he may gain influence. For this a kind of culture is necessary which we call *refinement* (*civilisierung*). The latter requires manners, courtesy, and a kind of discretion which will enable him to use all men for his own ends. (**On Education**. Trad. Annette Churton. Mineola, New York: Dover Publications, 2003. p. 19).

⁶ Cf. KANT, I. O imperativo que se relaciona com a escolha dos meios para alcançar a própria felicidade, quer dizer, o preceito de prudência, continua a ser hipotético; a ação não é ordenada de maneira absoluta, mas somente como meio para outra intenção. (**Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 220. (Pensadores). (Doravante utilizaremos apenas *Fundamentação*)

⁷ Cf. KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. (contendo A Doutrina do Direito e a Doutrina da Virtude). Trad. Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003. (Clássicos Edipro). (Dos Deveres consigo mesmo em geral. Cap. II, III Do servilismo. p. 276).

⁸ Cf. KANT, I. Todos os princípios práticos materiais são, enquanto tais, no seu conjunto de uma mesma espécie e incluem-se no princípio geral do amor se ou da felicidade própria. (KPV § 3 teorema II). E mais adiante: A máxima do amor de si (prudência) apenas aconselha; (...) (KPV Anotação II, [64]).

⁹ Cf. KANT, I. **Antropologia de um Ponto de Vista Pragmático**. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006. [322], p. 216. (Doravante utilizaremos apenas *Antropologia Pragmática*).

somente aquilo que é possível por meio da liberdade¹⁰. Desse modo, A prudência, no sentido kantiano, tem o papel específico de adequar o comportamento do homem consigo mesmo, com os outros homens e com as coisas estabelecidas no mundo, em decorrência disso, a prudência pode ser compreendida como uma ponte para o homem chegar à moral, embora ela jamais deva ser confundida com a moral.

Ao percebermos o lugar específico da prudência no pensamento de Kant, fisicamente localizada entre a destreza e a moral, e ainda a clara identificação desse princípio com o imperativo hipotético ou princípios práticos materiais, torna-se fácil identificarmos, também, a latitude diferenciada atribuída por Kant a esse princípio. Foi demonstrado acima que a razão prática influencia as ações humanas, podemos então identificar uma relação hierárquica entre razão prática e prudência, na medida em que as escolhas dos meios para a ação humana devem obedecer ao comando da razão prática.

Nesse ponto se faz necessário sermos cautelosos, pois é importante termos claro em que consiste essa hierarquia e, principalmente, destacarmos qual a real relação da razão prática com a prudência, na medida em que já enfatizamos que a prudência situa-se em um terreno diverso do terreno moral. Para nos auxiliar nessa tarefa recorreremos à explicação de H. J. Paton. Para ele

Kant considera os princípios de habilidade e do amor próprio como princípios sob os quais qualquer agente racional necessariamente poderia agir caso a razão tivesse o completo controle sobre as paixões. Significa dizer com isso que eles são princípios objetivos; e novamente, na linguagem de Kant, que eles são objetivamente necessários, muito embora eles possam ser subjetivamente contingentes. O que eles tem de peculiar é que embora eles sejam princípios objetivos, eles são tão *somente condicionados*.¹¹

Percebemos então, a razão prática incidindo sobre as escolhas dos meios e não somente no motivo da ação, fato que qualifica os imperativos hipotéticos na visão de Lewis With Beck como objetivamente válidos, conforme o autor os imperativos hipotéticos

Não são persuasivos ou emotivos, mas racionais, muito embora eles sejam relevante para a ação somente sob condições específicas as quais não necessitam ser legítimas para seres racionais como tais. As condições, às quais eles estão relacionados são

¹⁰ KANT, I. **KRV**. A800, B 828, p. 636. Na segunda crítica Kant deixa a definição de prático ainda mais clara ao expor que no uso prático a razão ocupa-se com fundamentos determinantes da vontade, a qual é uma faculdade ou de produzir objetos correspondentes às representações, ou de então determinar a si própria para a efetuação dos mesmos (quer a faculdade física seja suficientemente ou não), isto é, de determinar a sua causalidade. **KPV** [30]. p. 25.

¹¹ Cf. PATON, H. J. Kant regards the principles of skill and self-love as principles which any rational agent would necessarily act IF reason had full control over the passion. To say this is to say that are objective principle; and again, in Kant's language, that they are objectively necessary, even although they may be subjectively contingent. What is peculiar about them is that although they are objective principles, they are so only subject to a condition. (**The Categorical Imperative**. Cap. IX, § 2, p.90).

condições daquele a quem o imperativo é direcionado não daquele que emite o comando.¹²

Desse modo, o termo condicionado remete a situação do agente racional no mundo e não somente no reino dos fins. Esse é outro ponto sob o qual devemos nos deter. Para Kant, o princípio da prudência, por se relacionar somente com os meios, não faz parte do arcabouço da moral pura. A moral, na perspectiva kantiana, desenvolve uma tarefa diferenciada em face da prudência: “A máxima do amor de si (prudência) apenas aconselha; a lei da moralidade ordena.”¹³ Por se relacionar somente com os meios, a prudência, na perspectiva kantiana, se configura somente como a habilidade do uso tanto das coisas quanto dos outros homens para realização de um fim pessoal (na perspectiva da *Fundamentação*, e da *Segunda Crítica*), quanto para a habilidade nos uso das coisas e dos homens para o bom convívio social no mundo (*Antropologia, Pedagogia, Metafísica dos Costumes*), ou se preferirmos, podemos dizer como H. J. Paton que,

O conjunto ideal diante de nós é o de uma comunidade de pessoas racionais, obedecendo às mesmas leis morais para seu próprio bem, na qual cada um respeita a liberdade do outro, e nesse sentido luta para realizar um sistema harmonioso de fins o qual não pode ser realizado de outro modo.¹⁴

Prudência em sentido estreito: felicidade e fins pessoais.

Em face do exposto, podemos aduzir que relação da prudência com a felicidade se dá na escolha dos meios que proporcionam prazer e bem-estar ao homem, desse modo lhe resta, no momento da escolha, definir, por si mesmo, se os meios dos quais ele lança mão para a realização de certos fins tornam esse fins pertinentes à espécie humana como um todo (denotando o caráter cosmopolita da espécie) ou se dizem respeito somente a ele mesmo. A felicidade em sentido estreito se dirige de forma direta aos meios capazes de propiciar prazer e satisfação pessoal, entretanto, a busca pela felicidade não é algo arbitrário que prescindia, como enganosamente pode se pensar, do uso racional dos meios. Como bem nota Patrick Kain:

Nós necessitamos evitar a influencia das emoções e das paixões e nos governar a nós mesmos, já que nós estamos numa posição de escolher e buscar uma vida feliz. É

¹² Cf. BECK, L. W. Because of its formal character, even hypothetical imperatives can be objectively valid; they are not persuasive ore motive but rational, even though they are relevant to action only under specific conditions which need not be true of rational beings as such. The conditions that are concerned with are conditions of him to whom the imperative is directed P. 87 not of him who issues the command. (*A Commentary on Kant's Critique of Pratical Reason*. Chicago: University of Chicago, 1960. Cap. VI, § 6, p. 87).

¹³ Cf. KANT, I. *KPV*. [64]. p. 60.

¹⁴ Cf. PATON, H. J. The ideal set befor us is a community of rational persons, obeying the same moral law for its own sake, respecting each other's freedom, and is this way striving to realise a harmonious system of ends such as can be realised in no other way. (*the categorical imperative*. cap.XVII,§ 7, p. 190).

digno de nota [segue ele] que nessa linha de pensamento as Aulas de Antropologia são dependentes das considerações prudenciais e não especificamente morais.¹⁵

À luz dessa afirmação temos reforçado nosso argumento de que na *Fundamentação e na Segunda Crítica*, a prudência mantém sua centralidade física entre os imperativos de destreza e o imperativo categórico e da afirmação de Kain se retira, ainda, o caráter de dependência direta da busca da felicidade com a prudência e não com a moral. Não é então sem razão que Kant, claramente identifica a felicidade ao lado da cultura como um fim da natureza¹⁶, enquanto a moral é identificada como um fim da liberdade.

O conceito de felicidade não é tal que o homem possa abstrair-los de seus instintos e desse modo o retire de sua animalidade nele mesmo; pelo contrário é a mera ideia de um estado, a qual ele quer adequar este último sob condições simplesmente empíricas (o que é impossível). O homem projeta para si próprio esta ideia e na verdade, sob as mais variadas formas, através de seu entendimento envolvido com a imaginação e com os sentidos; ele muda até este conceito tão frequentemente que a natureza, se estivesse submetida inteiramente ao seu livre arbítrio, não poderia admitir até nenhuma lei universal determinada e segura, para concordar com este vacilante conceito e desse modo com um fim que, de modo arbitrário, cada um a si mesmo propõe. Mas mesmo se, ou reduzirmos este conceito à verdadeira necessidade natural, na qual a nossa espécie concorda plenamente com ela própria, ou, por outro lado, pretendemos dar um alto apreço à habilidade para criar fins por si imaginados, nesse caso nunca seria por ele alcançado aquilo que o homem entende por felicidade e o que na verdade é o seu último e próprio fim da natureza (não fim da liberdade).¹⁷

Desse modo, podemos afirmar que a felicidade em sentido estreito ou, dito de outro modo, a felicidade individual não é um fim da política e menos ainda da moral, mas da natureza. Assim:

- a) A felicidade, em sentido estreito, concerne aos interesses individuais e ao bem-estar pessoal (*well being*);
- b) Cada indivíduo deve buscar os meios que o tornam feliz (mas isso deve ser feito de forma racional e não arbitrária);
- c) A felicidade pessoal é a segunda maior ocupação do homem, depois da moral.

¹⁵ Cf. KAIN P. We need to avoid the influence of emotions and passions and ‘rule ourselves’ so that we are in a position to choose and pursue the happiest life. What is its worthy about this line of thought in the anthropology lectures is its reliance upon prudential rather than specifically moral considerations. (**Prudential reason in Kant’s anthropology**. In: JACOB, B. et all. *Essays on Kant’s Anthropology*. Cambridge: University of Cambridge, 2003. p. 244).

¹⁶ Cf. KANT, I. O primeiro fim da natureza seria a *felicidade* e o segundo *a cultura do homem*. (**Crítica da Faculdade do Juízo**. Trad. Valério Rohden e António Marques. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. [388], p. 270. (Doravante utilizaremos apenas CFJ)

¹⁷ Cf. KANT, I. **CFJ**. § 83 [389]. p. 270-271.

Prudência em sentido largo: Cosmopolitismo

Ao tomarmos a felicidade em sentido largo (cosmopolitismo), o fazemos considerando o fato de uma antropologia bioética evidenciar seu sentido na medida em que ela visa ao bem-estar da espécie e não meramente aos interesses individuais. Desse modo respeitaremos a estrita tripartição kantiana quando da justificação da relação entre teoria e prática como segue:

Apresentaremos, pois, a relação da teoria à prática em três números: primeiro, na moral em geral (em vista do bem de cada homem); em segundo lugar, na política (em relação ao bem dos Estados); **em terceiro lugar, sob o ponto de vista cosmopolita (em vista do bem do gênero humano no seu conjunto¹⁸)** e, claro está, enquanto ele se concebe em progresso para o mesmo na série de gerações de todos os tempos futuros.¹⁹

Levando em conta o fato de que o cosmopolitismo tem como vetor a espécie humana enquanto capaz de progredir e não a espécie meramente como fenômeno na natureza, a prudência no sentido largo, assim como a moral, será atravessada por uma única variável, a saber, o antagonismo, a luta. Se por um lado na moral kantiana o indivíduo trava uma luta²⁰ interna a fim de estabelecer o comando da razão sobre os sentidos na consecução do dever pelo respeito à lei moral, por outro lado, no cosmopolitismo o terreno sobre o qual essa luta é travada é a Terra (o mundo humano), lugar, por excelência, do antagonismo e do progresso, ambos mediados pela ação política. Segundo Kant

Esta ideia racional de uma comunidade universal pacífica, ainda que não amigável, de todas as nações da Terra que possam entreter relações que as afetam mutuamente, não é um princípio filantrópico (ético), mas um princípio jurídico.²¹

Posto isso podemos nos perguntar: como uma espécie em constante antagonismo pode melhorar, progredir? Ao tomarmos o texto *Ideia de uma história Universal com um propósito Cosmopolita* (1784) duas questões são de pronto observadas, 1) Kant relaciona o desenvolvimento e o melhoramento humano à conduta política adotada pelos indivíduos em relação uns com os outros. A adoção dessa conduta começa a se desenhar no momento em que o homem, *por um ato de vontade*, utiliza todo seu maquinário racional com a finalidade de sair do seu estado de animalidade, pautado nos impulsos e ascende ao estado de sociabilidade, marcado pela busca, sempre inacabada, da moralidade. Em outras palavras, ocorre a incidência da *razão pratica* na ação política.

¹⁸ Grifos nossos

¹⁹ Cf. KANT, I. **Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática**. Em: A Paz Perpétua e outros opúsculos. Trad. Artur Morão. Lisboa - PT: Edições 70, [...]. p. 60.

²⁰ Cf. KANT, I. KPV, [151], p. 136-137

²¹ Cf. KANT, I. **Metafísica dos Costumes** (A Doutrina Universal do Direito) seção III, Direito Cosmopolita. § 62, p. 194.

A temática aqui destacada (a busca inacabada pela moralidade) se mantém como uma constante no pensamento político de Kant. E isso se evidencia no texto *Sobre a expressão corrente: isso pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática*. (1793). Com essa observação queremos destacar que a propensão para moralidade é o ponto tangencial entre seres racionais e espécie humana, pois a característica do gênero humano como um todo é sua capacidade de sair de seu estado de animalidade em vistas da moralidade.

Com efeito [diz Kant], apoio-me no meu dever inato, em todo o membro da série de gerações – em que eu (enquanto homem em geral) me encontro e, no entanto, com a constituição moral que me é exigida não sou e, por conseguinte, também podia ser tão bom como deveria – de atuar de tal modo sobre a descendência que ela se torne sempre melhor (para o que também se deve supor a possibilidade) e que assim semelhante dever se poderá transmitir regularmente de um membro das gerações a outro.²²

2) Já na primeira proposição da *História Universal* Kant relaciona a história com a biologia, apontando para o fato de que as disposições naturais de uma criatura viva devem se desenvolver em sua completude em algum momento, pois a ausência dessa realização implicaria em um curso desordenado da natureza e assim incompatível com a razão humana. segundo Allen Wood, “Kant pensa que nossa única esperança para compreender a história da humanidade é identificando o macro-nível das regularidades semelhante no comportamento dos seres humanos enquanto espécie biológica.”²³

Desse modo fica patente que o cosmopolitismo liga-se tanto a história biológica do desenvolvimento humano quanto se estende ao âmbito da atuação e desenvolvimento político do homem e nesse sentido a instituição da sociedade passa a apresentar sua face positiva. Pois é somente o seio social que possibilita o desenvolvimento das habilidades (naturais) humanas por meio de “tentativas, de exercício e de aprendizagem, para avançar de modo gradual de um estágio de conhecimento para outro.”²⁴

Aqui também, vale observarmos, o passo a frente que Kant dá em relação a Rousseau. Enquanto para este a entrada em sociedade se constituiu em um mau para o homem, para aquele a entrada do homem em sociedade se constituiu em um passo positivo, uma vez que é somente na sociedade que o indivíduo humano tem a possibilidade de desenvolver suas habilidades e potencialidades de modo a melhorar o que recebeu das gerações anteriores e ao

²² Cf. KANT, I. **Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correcto na teoria mas, nada vale na prática**. p. 96-97.

²³ Cf. WOOD, A. W. Kant thinks our only hope for understanding human history is to discern similar macro-level regularities in the behavior of human beings considered as a biological species. (**Kant's Ethical Thought**. New York: Cambridge University, 1999. p. 209).

²⁴ Cf. KANT, I. **Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita**. (2ª proposição. p. 21). Em a Paz Perpétua e outros Opúsculos. Trad. Artur Morão. Lisboa – PT: Edições 70, [...].

mesmo tempo ofertar as gerações posteriores um mundo melhor ou quando pouco igual ao que recebeu. Assim

Parece, pois, que à natureza não lhe interessava que ele [o homem] vivesse bem, mas que se desenvolvesse até ao ponto de, pelo seu comportamento, se tornar digno da vida e do bem-estar. Causa sempre surpresa que as velhas gerações pareçam empenhar-se nas suas ocupações trabalhosas só em vistas das futuras, para lhes preparar um estagio a partir do qual possam elevar ainda mais o edifício, que a natureza tem com intento; e que só as últimas gerações terão a sorte de habitar na mansão em que uma longa série de seus antepassados (talvez, decerto, sem intenção sua) trabalhou, sem no entanto poderem partilhar da felicidade que prepararam.²⁵

Assim, o antagonismo vai conduzir ao progresso e alargar as possibilidades de o homem, como único ser na Terra capaz de melhorar sempre, tornar-se virtuoso por meio de um estado de constante luta interior (a razão comandar as paixões). É a resistência da razão em um ente racional criado que o qualifica como um ser virtuoso. A partir dessa conjunção (aperfeiçoamento das habilidades naturais e aperfeiçoamento moral) o homem pode contribuir para que a espécie humana possa vir a ser moral, muito embora o indivíduo não tenha consciência dessa contribuição, pois como bem aponta Ricardo Terra “O progresso dependerá, em um primeiro momento, mas daquilo que a natureza humana forçará os homens a fazer do que de sua ação consciente.”²⁶ Fato que pode ser visto como uma das causas para manter a tarefa da moralidade sempre inacabada.

Chamamos atenção para o seguinte ponto: ao afirmarmos que a história humana em Kant se relaciona tanto com a política quanto com a biologia é possível lermos nessa intenção já uma proto-percepção de biopolítica? Sem querermos forçar ou até atribuir a Kant uma categoria que não foi por ele pensada nos colocamos em posição de observar que o termo biopolítica se relaciona a intervenção política no âmbito da vida molecular com o fito de melhorar não um indivíduo, mas, a espécie como um todo e já aqui é nesse sentido que pretendemos nos apropriar do cosmopolitismo kantiano, ou seja, a prudência em sentido largo, a fim de demonstrarmos como a *prudência-ponte* pode nos apresentar uma forma de pensamento mais adequada às questões de antropologia bioética, uma vez que a prudência nesse sentido se refere, diretamente, à espécie humana como um todo e não somente aos seres racionais e autônomos.

²⁵ Cf. KANT, I. **Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita**. (3ª proposição. p. 25). Em a Paz Perpétua e outros Opúsculos. Trad. Artur Morão. Lisboa – PT: Edições 70, [...].

²⁶ Cf. TERRA, R. (org). **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista Cosmopolita**. Trad. ____, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 48.